

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS BRASILEIRAS EM 2010

Vitor Peixoto
Universidade Federal de Pernambuco UENF
✉ adrianopolitica@uol.com.br

Resumo: O objetivo deste paper é produzir uma análise sistemática acerca do impacto dos gastos de campanhas sobre os votos nas eleições proporcionais de 2010. Tendo como unidade de análise as candidaturas individuais aos cargos de Deputado Federal e Estadual (distrital), analisam-se os efeitos das variáveis que influenciam os desempenhos eleitorais, tais como gênero, idade, ocupação, partido, estado civil, escolaridade e, principalmente, os montantes de recursos de campanhas declarados ao TSE. Por meio da análise econométrica clássica (OLS), pode-se estimar com nitidez os efeitos destas variáveis num contexto multidimensional, dito de outra, os modelos estimados permitiram acesso ao impacto isolado das características individual dos candidatos sobre os resultados de suas campanhas: os votos.

Palavras-chave: Financiamento de campanha; Reforma eleitoral; Comportamento Eleitoral

Abstract: The objective of this paper is to produce a systematic analysis of the campaign expenses impact on votes in 2010 elections. Having as unit of analysis individual applications for the positions of Congressman and State Representative (district), analyzing the electoral performances which effects influence variables such as, gender, age, occupation, party, marital status, education, and especially the amount of campaign resources declared to the TSE. By classic econometric analysis (OLS), we can clearly evaluate these variable effects in a multidimensional context, said in another way, the estimated models allowed access to isolated impact of individual candidates characteristics about the result of their campaigns: the votes.

Keywords: Campaign finance; Electoral reform; Electoral behavior

Introdução

Após o processo de incorporação das massas na participação eleitoral, um fenômeno em particular tem chamado a atenção dos analistas políticos, qual seja, a questão do financiamento dos partidos políticos. A relação entre *dinheiro* e *eleições* é um tema intrigante que desafia os arranjos institucionais que tentam limitar a influência dos gastos de campanha nos resultados eleitorais. Um suposto

“desvirtuamento” do sistema representativo é apontado como a principal consequência desta intervenção do poder econômico na política¹. Acompanha esta definição de “desvirtuamento”, principalmente, o acesso privilegiado ao poder político como, por exemplo, à participação desigual, o acesso a informações restritas, à produção regulatória, à política fiscal, etc.

Uma vasta literatura internacional se dedicou ao tema e produziu importantes contribuições sobre o impacto do poder econômico (via financiamento de campanhas) nos resultados eleitorais. A Câmara baixa dos Estados Unidos é objeto freqüente de análises dessa natureza. Jacobson (1978 e 1980) estimou que não somente os gastos tinham impactos significativos sobre os resultados das urnas para a Câmara dos Deputados, como também descobriu que havia impactos diferenciados entre candidatos a reeleição e desafiantes. Para as eleições francesas de 1993, Palda e Palda (1998) também encontraram retornos distintos dos gastos sobre os resultados eleitorais, com ampla vantagem para os desafiantes. No Japão, os impactos diferenciados também foram encontrados por Cox e Thies (2000), não obstante o reconhecimento para o provável vieses dos estimadores econométricos introduzidos pela endogeneidade nos estudos de Jacobson (1978 e 1980), esperada sobretudo em distritos de baixa magnitude como os americanos. Ou seja, o “efeito Jacobson” era em realidade uma reação do próprio candidato à reeleição, que antecipando um alto risco de derrota adotava uma estratégia de aumentar os gastos a fim de evitar a perda de mandato. Entretanto, para Cox e Thies (2000) a endogeneidade tende a diminuir com a alta magnitude dos distritos como no Japão e, portanto, os votos necessários para se obter uma cadeira decrescem, diminuindo-se desta forma o viés da endogeneidade.

Numa perspectiva comparativa, Filip Palda (1994) traz importantes análises dos sistemas norte-americano, canadense e francês. Mesmo que utilizem métodos e dados distintos, esses trabalhos são categóricos em afirmar que o montante de

¹ Nassmacher (2000; 2003).

gastos nas campanhas eleitorais são fatores explicativos fundamentais dos resultados eleitorais.

No Brasil, os esforços ainda são incipientes (SAMUELS, 2001a, 2001b e 2003; PEREIRA e RENNÓ, 2001; PEIXOTO, 2004). Samuels realizou interessantes análises sobre as origens das doações (SAMUELS, 2003) assim como a estimativa de impacto quantitativo nos resultados eleitorais (SAMUELS, 1997 e 2001 a e b) e descobriu que os gastos importam sim para chances de reeleição.

Em direção oposta, Pereira e Rennó (2001) ao analisar os candidatos à reeleição para Câmara dos Deputados em 1998, refutaram os impactos dos gastos nas taxas de sucesso eleitoral. Com testes de médias e análise de variabilidade, decidiram por não incluir no modelo econométrico a variável sobre gastos de campanha.

Por meio de dados sobre resultados eleitorais dos partidos nos Estados nas Eleições de 2002 para os cargos de Deputado Estadual/Distrital e Federal, Peixoto (2004) constatou tanto as influências da competição sobre os gastos, quanto às estimativas de impacto dos gastos sobre os votos dos partidos. Em resumo, dois foram os achados: primeiro, quanto maior a competição eleitoral, maiores os gastos de campanha dos partidos. Segundo, quanto maior os gastos dos partidos, maior a proporção de votos.

Em trabalho recente, Pereira e Rennó (2007) voltaram às questões iniciais sobre a reeleição com os dados relativos a 2002 e 1998, desta vez os gastos de campanhas foram inseridos nos modelos econométricos: constataram que as despesas eleitorais têm impacto positivo e estatisticamente significativo nas chances de reeleição do candidato à Câmara dos Deputados.

Embora utilizando distintos instrumentos estatísticos, assim como dados para eleições distintas, Samuels (1997 e 2001 a e b), Pereira e Rennó (2001) e Peixoto (2010) encontraram resultados semelhantes: o gasto de campanha tem

responsabilidade sobre o desempenho eleitoral. As divergências surgem, portanto, quanto ao peso e à precisão dos impactos dos gastos sobre os resultados eleitorais.

O presente *paper* busca exatamente se inserir nessa querela. Pois, não obstante os avanços, ainda inexitem análises sistemáticas acerca do impacto dos gastos de campanhas sobre os resultados eleitorais que levem em consideração outras variáveis independentes, tais como: gênero, “*expertise*”, idade, renda, profissão, escolaridade, etc. E que também levem em consideração fatores institucionais como a magnitude dos distritos eleitorais, os partidos dos candidatos, etc².

A pergunta que se pretende responder neste paper concerne às características individuais dos candidatos³ que afetam seus respectivos resultados eleitorais. A partir de então, busca-se precisar o efeito específico dos gastos de campanha nas eleições legislativas brasileiras. Mais especificamente, as análises se referem ao impacto dos gastos de campanhas sobre os votos nas eleições proporcionais de 2010. Tendo como unidade de observação as candidaturas individuais aos cargos de Deputado Federal e Estadual (distrital), analisam-se, portanto, os efeitos das variáveis que influenciam os desempenhos eleitorais, tais como gênero, idade, ocupação, partido, estado civil, escolaridade e, principalmente, os montantes de recursos de campanhas declarados ao TSE. Por meio da análise econométrica clássica (OLS), pode-se estimar com os efeitos destas variáveis num contexto multidimensional, dito de outra, os modelos estimados permitiram acesso ao impacto isolado das características individual dos candidatos sobre os resultados de suas campanhas: os votos.

² Trabalho nesse sentido foi publicado na Revista Dados em 2007 sobre gênero e taxas de sucesso eleitoral (Araújo; Alves, 2007), entretanto, a variável de gasto de campanha foi negligenciada. Exatamente o principal fator sobre o qual se debruçará este trabalho.

³ Com exceção dos gastos de campanha e resultados eleitorais, todas demais características individuais dos candidatos que esse trabalho abordará foram importadas do excelente banco de dados denominado “Eleições 2006: Candidatos ao Poder Legislativo no Brasil”, que fora organizado e disponibilizado por Angel ríade, Bruno Bolognesi e Julio Gouvêa do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira, Curitiba. O banco pode ser acessado Consórcio de Informações Sociais (www.cis.org.br).

Eleições proporcionais no Brasil em 2010

Nas eleições proporcionais de 2010, compareceram às urnas mais de 101 milhões de eleitores para a escolha de 1.572 legisladores. Por meio dos 27 partidos políticos registrados, 17480 candidatos concorreram⁴ aos 513 cargos de Deputado Federal e aos 1.059 de Deputado Estadual/Distrital. A tabela a seguir apresenta a distribuição do número de candidatos eleitos e não eleitos para cada cargo nestas eleições.

Tabela 1: Número de candidatos e eleitos por cargo

Cargo	Situação		Total
	Não Eleito	Eleito	
Dep. Estadual/Distrital	11535	1059	12594
Dep. Federal	4373	513	4886
Total	15908	1572	17480

Fonte: TSE

Ao se deparar com dezenas de opções, os eleitores são obrigados a tomar decisões sobre em quem votar. Como realizam esse processo? O que faz um candidato ser escolhido e outros serem eliminados? Há décadas, a Ciência Política desenvolve teorias e métodos analíticos para explicar o processo de tomada de decisão do eleitor. E uma eleição é, por excelência, um desses principais fenômenos. Explicar como os eleitores votam, e por que votam, está o cerne do debate acadêmico que tomou conta de boa parte da disciplina nos últimos 50 anos, assim como a dividiu em distintos campos teóricos⁵.

Não obstante as querelas teóricas, muitos destes estudos voltaram suas atenções às demandas eleitorais, às opiniões dos eleitores, assim como ao processo de tomada de decisão. Salvo raras exceções, são poucos os trabalhos que se dedicam aos estudos da oferta eleitoral no Brasil. Ainda mais escassos são os

⁴ 18.789 candidatos.

⁵ Para uma excelente revisão da literatura, principalmente a norte-americana, sobre o assunto ver: Figueiredo, 1991.

trabalhos que se dedicam às características individuais dos candidatos e as consequências para o sucesso eleitoral.

Em resumo, este *paper* se debruça sobre os resultados finais das escolhas dos eleitores, não sobre o processo de escolha. A principal questão que se coloca não é como os eleitores votam, mas em quem eles votam. Com tantos postulantes aos cargos legislativos no Brasil, o que explica uns serem escolhidos e outros não? Quais são as características dos candidatos que aumentam seus desempenhos eleitorais? Dito de outra: o que faz um candidato receber mais apoio eleitoral do que seus adversários? Há alguma semelhança entre os que obtiveram sucesso? O gênero do candidato altera sua capacidade de angariar votos? E a pergunta mais importante para este *paper*: qual é o impacto dos recursos financeiros? Por fim, há impactos sinérgicos entre o gênero e os gastos? E entre ter mandato e gastos?

O principal desafio que se coloca é a construção de um modelo econométrico que permita estimar o efeito dos gastos (independente-explicativa) sobre os resultados eleitorais (dependente-explicada), mantidas constantes outras características individuais dos candidatos. Entretanto, estas mesmas características também serão alvo de análises.

Metodologicamente, a escolha dos candidatos aos cargos legislativos se justifica pelo fato de permitir analisar toda a população de candidatos, ou seja, um altíssimo número de casos⁶; pela disponibilidade de informações individuais; e por último, mas não menos importante, por estarem todos competindo dentro de um mesmo aparato institucional (sistema eleitoral).

⁶ O grande número de competidores será fundamental para os modelos econométricos OLS aqui utilizados, pois, a primeira objeção que se faz a esses modelos é relativa à endogeneidade existente entre votos e gastos. Como a expectativa de votos é fator causal da quantidade de recursos angariados pelos candidatos, haveria uma dupla causalidade. Por isso, como defendido por Gerber (1998), os modelos mais apropriados seriam os que utilizam variáveis instrumentais, exatamente pelo fato de eliminar o viés provocado por essa endogeneidade. Entretanto, para que ocorra essa dupla causalidade é necessário que haja uma que os doadores tenham uma alta previsibilidade dos resultados eleitorais. Não é o que ocorre nas eleições proporcionais brasileiras. Isso por uma série de fatores, tais como: altas magnitudes dos distritos, o grande número de competidores, a natureza do sistema eleitoral proporcional de lista aberta, as possibilidades de coligações eleitorais, assim como as escassas e imprecisas pesquisas eleitorais.

Unidades de observação e variável dependente

Como o objetivo é precisar o impacto das características individuais dos candidatos na obtenção de votos, as unidades de observação serão os candidatos aos cargos de Deputado Estadual/Distrital e Federal. A variável dependente será o percentual de votos obtidos por cada qual. Entretanto, pela natureza da distribuição desta variável, que possui uma altíssima concentração de casos nos baixos valores, e para evitar problemas de heterocedasticidade, foi necessária uma transformação matemática, qual seja, a *logaritimização* do percentual de votos.

Gastos de campanha

Segundo um dos maiores representantes da teoria minimalista da democracia, Adam Przeworski (1994), os resultados eleitorais em regimes democráticos são produtos da relação de distintos recursos empregados pelos atores em competição. Estes recursos são divididos em três espécies: econômicos, organizacionais e ideológicos:

Os participantes da competição democrática investem recursos econômicos, organizacionais e ideológicos desiguais na disputa. Alguns grupos têm mais dinheiro do que outros para gastar na política. Alguns dispõem de mais competência e vantagens organizacionais do que outros. Uns possuem recursos ideológicos melhores, isto é, argumentos mais convincentes. Se as instituições democráticas são universalistas – isto é, neutras em relação à identidade dos participantes – os que detêm maiores somas de recursos têm mais probabilidades de sair vencedores nos conflitos submetidos ao processo democrático. (PRZEWORSKI, 1994, p.26-27).

O imbróglio, no entanto, surge quando se questiona a proeminência dos gastos diante dos demais recursos, com organizacionais e ideológicos. Tanto no meio acadêmico quanto no meio político o debate sobre a relação entre interesses econômicos e eleições torna-se cada vez mais ácido, principalmente, em momentos de crises políticas geradas no seio desta relação.

Apesar de haver controvérsias acerca dos fundamentos teóricos dos financiamentos públicos, são as fontes privadas as origens das maiores divergências entre os *experts*. A primeira objeção que se faz a este tipo de doação refere-se à origem dos recursos empregados nas campanhas. Com objetivo claro de restringir a atuação dos chamados “*big donors*”⁷, alguns analistas defendem obstáculos aos doadores diretamente interessados que poderiam causar distorções na representatividade do sistema.

Além das origens dos recursos, existe ainda a preocupação com as quantias doadas. Em situações onde os partidos e candidatos se dispusessem na disputa eleitoral com uma enorme desigualdade de recursos, seria alta a probabilidade de distorções na competitividade sistema.

Os que defendem as restrições de origens e limites às doações partem da premissa de que quanto maior a capacidade dos doadores de realizarem doações, maiores também serão suas intervenções no poder político. Estaria nesse ponto o que se chama de “*desvirtuamento da representação política*”, pois eleitores/cidadão teriam representações desproporcionais ao peso de seus votos.

No Brasil, a legislação eleitoral proíbe várias fontes de recursos, tais como as oriundas de instituições sindicais, empresas estrangeiras, concessionárias de serviços públicos e doações anônimas, etc. As doações de pessoas físicas e jurídicas são limitadas pelo total de recursos auferidos pelo doador no ano anterior. Para pessoas físicas, as doações são permitidas até 10% do valor bruto dos rendimentos declarados no imposto de renda. No caso das empresas, as doações são limitadas ao próprio faturamento destas, porém, o limite é de 2%.

Esta forma de limitar as doações é bastante controversa, pois não impede que as empresas tenham possibilidades equitativas de participação – o limite é

⁷ Por outro lado, as pequenas doações são consideradas benéficas ao sistema partidário, pois fariam parte de uma relação importante entre os partidos e os cidadãos. Proibi-las totalmente poderia romper este elo e, por conseguinte, enfraquecer as bases sociais dos partidos políticos (Nassmacher, 2003).

imposto pela renda da empresa e não um teto máximo único válido para qualquer pessoa física ou jurídica.⁸

Em 2010, os candidatos aos cargos do Legislativo Estadual e Federal declararam o total de R\$ 1.84 bilhões. A média por candidato à Câmara Federal foi mais de R\$ 233 mil, e para as Assembleias Estaduais de aproximadamente R\$ 92 mil. Pela comparação com a mediana pode-se observar a grande concentração nos pequenos valores.

Tabela: Descritiva da variável Despesa Eleitoral

Cargo		Mediana (R\$ mil)	Média (R\$ mil)	Soma (R\$ milhões)
Estadual/Distrital	0.028	12,1	92,3	925,3
Federal	.919	15,0	233,1	912,9
Total	3.947	13,0	131,8	1.838,3

Fonte: Dados calculados pelo com base nas informações divulgadas pelo TSE.

Se existe uma relação entre magnitude dos distritos e competição eleitoral, é bastante razoável supor que as campanhas eleitorais tenham custos econômicos distintos em Estados diferentes. Como analisado em Peixoto (2004), os custos das campanhas eleitorais estão diretamente relacionadas à competição eleitoral, ou seja, quanto maior a competição no Estado, maiores os gastos das campanhas.

Assim como variam a densidade demográfica, a dispersão/concentração dos eleitores nos municípios, e a distância destes para a Capital dos Estados, espera-se também que haja variação também nos custos de transporte, etc. Da mesma forma, pode-se supor também que variam os preços de materiais de

⁸ A legislação eleitoral brasileira também regula as quantias totais arrecadadas pelos partidos políticos, Entretanto, são os próprios partidos que, ao registrarem as candidaturas, informam ao TSE os seus limites (gastos máximos)! Não é de se surpreender que 75% do total de candidatos declararam ter gasto aproximadamente 10% do valor máximo previsto. Há ainda a possibilidade de o candidato requerer junto a justiça eleitoral a revisão do valor previsto no início da campanhas (25 candidatos declararam gastos superiores ao previsto por si próprio).

campanha, pesquisas eleitorais, etc. de um Estado para outro. De fato, como se verá mais adiante, os gastos médios das candidaturas por Estados apresentam alta variação. O que justifica a inclusão das variáveis *dummies* para Estados como forma de controle.

Como já referido na introdução, os estudos sobre impactos dos gastos nos resultados eleitorais são motivos de grande discussão acadêmica. As controvérsias, porém, não se restringem somente se os gastos possuem impactos ou não. Uma das mais importantes querelas foi iniciada com as proposições do pesquisador Gary Jacobson (1978), que encontrou impactos distintos para os candidatos à reeleição e os seus desafiantes. Segundo Jacobson, os gastos dos candidatos à reeleição possuem impactos negativos, no entanto, positivos para os desafiantes. A explicação teórica postulada para o fenômeno era de que um candidato à reeleição não precisaria gastar muito com propaganda, uma vez que já era conhecido pelo eleitorado. Quando o fazia, ao contrário de significar força do candidato, representava que o candidato à reeleição estava fragilizado perante os eleitores. Essas proposições ficaram conhecidas como “efeito Jacobson”.

Em 1998, Alan Gerber questionou o modelo econométrico que havia sustentado o “efeito Jacobson”. Para Gerber (1998) a relação entre gastos e votos era um exemplo clássico de endogeneidade, ou seja, não existia uma via de mão-única na direção de causalidade. Se era muito provável que os gastos possuíam impactos sobre os resultados eleitorais, era também plausível que a expectativa de votos de um candidato também alterasse sua capacidade de angariar recursos. A solução, então, seria uma modelagem por variáveis instrumentais. Com dados das eleições senatoriais americanas entre 1974 e 1992, Gerber (1998) encontrou que os gastos possuíam impactos tanto para candidatos à reeleição quanto para os desafiantes.

Cabe, então, testar o “efeito Jacobson” nas eleições legislativas brasileiras. O modelo que irá ser utilizado aqui será o OLS. Poder-se-ia objetar que se

incorreria no mesmo problema levantado por Gerber (1998) sobre a endogeneidade. Todavia, no caso brasileiro inexistente o aspecto fundamental para que ocorra a causalidade mútua: a previsibilidade do sucesso/fracasso do candidato. Como já dito anteriormente, as eleições legislativas no Brasil são exemplos inversos do que ocorre nas eleições americanas, dada (1) a estrutura do sistema proporcional de lista aberta (2) com coligações eleitorais, (3) as altas magnitudes dos distritos, (4) o grande número de competidores, e, por conseguinte, (5) a inexistência de pesquisas eleitorais precisas e confiáveis são fatores que dotam as eleições legislativas brasileiras de uma alta imprevisibilidade.

Além do “efeito Jacobson” que será testado com interações entre gastos e mandatos de Deputado, ainda será testada a interação entre gastos e gênero. A questão que aqui se coloca refere-se à possibilidade da existência de taxas de retornos distintos entre homens e mulheres.

O Modelo

Após a descrição das variáveis independentes e dependente realizada na seção anterior, optou-se pela modelagem mais simples possível: dois modelos OLS, uma para cada cargo. A sistematização pode ser melhor visualizada na figura abaixo:

Figura 1: Estrutura do modelo OLS



Pela natureza da variável dependente (porcentagem dos votos válidos dos candidatos), como já foi visto, necessitou-se realizar a logaritmização. Assim como se fez com a variável “despesas eleitorais”. Os modelos que utilizam variáveis logarítmicas tanto na dependente como na independente são também chamados de **duplo log** ou **log-log**⁹. E podem ser expressos pela seguinte fórmula geral: $\ln Y = \alpha + \beta_2 \ln X_i$

Em realidade, os coeficientes indicam a taxa de crescimento (em %) da variável dependente ao aumentarmos em 1% a variável explicativa, também conhecida como taxa de elasticidade.¹⁰

As demais variáveis independentes que não foram logaritimizadas possuem a mesma interpretação que se faz com variáveis *dummies* e constantes. Nesse sentido, mudam apenas as interpretações da variação da dependente (no caso, em porcentagem da porcentagem) e na independente referente aos gastos (em porcentagem dos gastos).

⁹ Gujarati (2000).

¹⁰ Pindyck e Rubinfeld (2002).

Interpretação dos coeficientes

Os modelos aqui empreendidos explicam 82% do total de variação dos percentuais de votos dos candidatos a Deputado Federal ($R^2 = .82$) e aproximadamente 77% da variação entre os candidatos a Deputado Estadual ($R^2 = .77$).

Se mantidas constantes todas as características individuais dos candidatos, pode-se afirmar que: para o aumento de 1% nas despesas dos candidatos (variável explicativa–independente), espera-se um crescimento de 0,62% no percentual de votos dos candidatos a Deputado Estadual e 0,65% nos candidatos a Deputado Federal (variáveis explicadas–dependentes).

Fatos notáveis são os já esperados fortes impactos positivos da variável *expertise*. Ser Deputado concede uma vantagem de 2,7% e 3,7%, respectivamente para os candidatos a Deputado Estadual e Deputado Federal. A outra variável de *expertise* (ser Vereador) também teve impacto positivo e estatisticamente significativo, porém menor: 1,7% para candidatos às Assembleias, e 0,22% para candidatos à Câmara. Interessante notar que são muito próximos dos impactos da variável profissão “médico” para as Assembleias, porém, ser médico tem impacto maior para candidatos à Câmara (0,45%).

A variável com impacto negativo e significativo mais forte foi a relativa ao gênero. O fato de “ser mulher”, independente de todas as demais características individuais, retira da candidata cerca de 0,68% do seu percentual dos votos para Dep. Est. e 0,85% para Dep. Fed.

Todas as *dummies* dos Estados apresentaram sinais positivos e significativos. O que era de se esperar, já que a referência-base é o Estado de São Paulo, onde se encontra o maior número de cadeiras em disputa, o mais competitivo, e o maior colégio eleitoral do País. Na Tabela 2, se encontram os coeficientes das variáveis e

seus respectivos testes de significância. Coloridos de azul estão os coeficientes positivos e estatisticamente significantes; de vermelho os negativos significantes.

Tabela 2: Modelo OLS

Modelos OLS para Log do Percentual de Votos Válidos dos Candidatos nas Eleições 2010

	Dep. Estadual/ Distrital		Dep. Federal	
	B	Sig.	B	Sig.
(Constante)	-11,044	0,000	-10,758	0,000
Log Despesas	,651	0,000	,622	0,000
Mulher	-,682	,000	-,852	,000
Interação: Mulher X Log Despesas	,027	,026	,048	,014
Interação: Vereador X Log Despesas	-,115	,000	,026	,669
Interação: Deputado X Log Despesas	-,149	,002	-,218	,000
PT	,203	,000	,364	,000
PMDB	,266	,000	,298	,000
DEM	,022	,668	,262	,002
PSDB	,102	,022	,266	,000
PDT	,089	,052	,196	,006
PV	,155	,000	,243	,000
PTB	-,187	,000	-,130	,064
Ocupação: Vereador.	1,747	,000	,221	,742
Ocupação: Deputado.	2,712	,000	3,717	,000
Ensino Médio Completo (sup. inc)	,054	,088	,110	,044
Ensino Superior Completo	,266	,000	,197	,000
Estado: Acre.	2,839	0,000	3,664	,000
Estado: Alagoas.	2,333	,000	3,046	,000
Estado: Amazonas.	2,003	,000	2,646	,000
Estado: Amapá.	3,308	0,000	4,065	,000
Estado: Bahia.	1,586	,000	1,841	,000
Estado: Ceará.	2,192	,000	2,657	,000
Estado: Distrito Federal.	1,845	,000	2,349	,000
Estado: Espírito Santo.	2,064	,000	2,869	,000
Estado: Goiás.	1,556	,000	2,030	,000
Estado: Maranhão.	2,096	,000	2,744	,000
Estado: Minas Gerais.	,753	,000	,978	,000
Estado: Mato Grosso do Sul.	1,363	,000	2,089	,000
Estado: Mato Grosso.	1,926	,000	2,741	,000
Estado: Pará.	1,810	,000	2,501	,000
Estado: Paraíba.	2,488	,000	2,859	,000

VITOR PEIXOTO
 FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS
 BRASILEIRAS EM 2010

Estado: Pernambuco.	1,922	,000	2,067	,000
Estado: Piauí.	1,977	,000	2,570	,000
Estado: Paraná.	1,403	,000	1,649	,000
Estado: Rio de Janeiro.	1,038	,000	1,276	,000
Estado: Rio Grande do Norte.	2,278	,000	2,856	,000
Estado: Rondônia.	2,695	,000	3,466	,000
Estado: Roraima.	2,940	0,000	3,651	,000
Estado: Rio Grande do Sul.	1,526	,000	1,608	,000
Estado: Santa Catarina.	1,816	,000	2,066	,000
Estado: Sergipe.	2,775	,000	3,369	,000
Estado: Tocantins.	1,834	,000	2,818	,000
F	775,156	,000b	425,837	,000c
R2		,770		0,822
N		10020		3918

Por último, as duas questões mais interessantes. Mesmo correndo os riscos de endogeneidades, as evidências de impacto dos gastos nos resultados eleitorais são fortes. Entretanto, as interações entre gasto e “*expertise*” (ser Deputado ou Senador) foram negativas para ambos os cargos. Ou seja, há indícios de que o “efeito Jacobson” acontece nas eleições legislativas brasileiras.

A segunda questão também se refere às interações, porém, entre gastos e gênero. Foram positivas e estatisticamente significantes. Não obstante o efeito fixo da variável gênero ter se apresentado negativa, a taxa de retorno dos gastos para as mulheres é maior do que para os homens (inclinação da reta).

Salvo melhor juízo, foi a primeira vez que se verificou e precisou esses fenômenos nas eleições brasileiras. Por isso, ainda há muitas questões para se debater sobre os reais impactos dos gastos nos resultados eleitorais no Brasil. Outros testes devem ser realizados com modelos que testem também as endogeneidades.

Considerações Finais

O modelo testado por esse trabalho ainda é um protótipo. Existem muitas interações e endogeneidades a serem trabalhadas. No entanto, os impactos das variáveis “despesa eleitoral” e da profissão “Sacerdote/Membro de Seita Religiosa” chamam a atenção pela força que demonstraram, assim como o “efeito Jacobson” e a taxa de retorno dos gastos das mulheres.

As teorias normativas sobre representação política dividem os sistemas eleitorais em duas grandes famílias: majoritária e proporcional. A primeira família funcionaria como um funil da sociedade, ou seja, os representantes escolhidos seriam os mais aptos, representaria a maioria constituída da sociedade.

Por outro lado, o sistema proporcional enfatizaria as diferenças, funcionaria como um espelho da sociedade, onde diversas minorias estariam representadas, ou seja, seria um reflexo das categorias da sociedade.

Mesmo que não tenha tratado das seletividades do sistema majoritário brasileiro, ao que foi constatado neste paper, o sistema proporcional está longe de ser um sistema inclusivo. Categorias como gênero, escolaridade, profissões, poder econômico, etc. se demonstraram fortemente negativos. Dito de outra: existe uma enorme seletividade do sistema eleitoral brasileiro que não o faz refletir exatamente as características socioeconômicas da sociedade brasileira.

Seus resultados parecem muito mais com os que a teoria normativa da representação política espera dos sistemas majoritários. Ou a teoria se equivocou ao imaginar que os eleitores votariam em candidatos com características semelhantes às suas, ou há algo que deturpa as chances dos candidatos de diferentes características, sempre em prejuízo para aqueles possuem as mesmas características da maioria da população votante.

Mas quais seriam as consequências de uma eleição em que seus resultados fossem absolutamente definidos pelas despesas em campanha? Um dos maiores riscos seria a transformação do sistema democrático em um sistema plutocrático, ou seja, não mais teríamos o *demos* representado na *polis*, mas tão somente uma representação do poder financeiro. No limite extremo, as eleições seriam decididas numa bolsa de valores, ou mesmo num templo religioso.

Uma questão digna de ser notada é que, no que se refere aos partidos, há diferenças significativas entre os partidos. Ou seja, diferentemente do que pensam os políticos e parte dos analistas, os partidos contam na arena eleitoral. A filiação partidária diferencia os desempenhos dos candidatos. A explicação teórica possível é que o sistema eleitoral pode não dar incentivos para os eleitores escolherem e controlarem seus representantes, porém, os partidos afetam indiretamente as chances dos seus candidatos. As formas mais prováveis são os recursos organizacionais, tempo de propaganda eleitoral e as estratégias de coligação. Dito de outra: partido pode não ser tão importante para o eleitor como aponta parte da literatura sobre decisão do voto, mas contam para os desempenhos dos candidatos ao concederem maiores ou menores recursos organizacionais. As conseqüências deste achado são importantes dado que analistas do comportamento legislativo partem do pressuposto que os partidos não contam na arena eleitoral. As análises aqui empreendidas falsificam parcialmente este pressuposto. A conclusão mais adequada é a de que pertencer a determinados partidos aumenta o desempenho eleitoral dos candidatos. Se isto afeta ou não o comportamento legislativo é outra história. Os achados aqui permitem apenas afirmar que o pressuposto, sobre o qual se ergue parte da literatura que defende uma forte independência entre o candidato e o partido na arena eleitoral, está no mínimo equivocado. Políticos e eleitores podem não considerar a filiação como importante nas suas estratégias, mas os resultados finais das eleições indicam exatamente o oposto: faltou combinar com os russos!

Referências

- ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. Rio de Janeiro: *Dados*. v. 50, n. 3, p. 535–78, 2007.
- COELHO, E. C. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- COX, G. W.; THIES, M. F. How Much Does Money Matter? “Buying” Votes in Japan 1967-1990. *Comparative Political Studies*, v. 33, n. 1, p. 37–57, 2000.
- DUVERGER, M. *Os Partidos Políticos*. 2ª. ed. Brasília: Zahar Editores; Universidade de Brasília, 1980.
- GERBER, A. Estimating the Effect of Campaign Spending on Senate Election Outcomes Using Instrumental Variables. *American Political Science*, v. 92, n. 2, p. 401-411, 1998.
- JACOBSON, Gary C. The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections. *American Political Science Review*, v. 72, n. 2, p. 469-491, 1978.
- NASSMACHER, K.-H. O financiamento de partidos na Alemanha posto à prova. *Cadernos Adenauer*, n.10, p.105–126, 2000.
- NASSMACHER, K.-H. Political Parties, funding and democracy. In: *Funding of political parties and election campaigns*. [S.l.] International Idea, p. 1–19, 2003.
- NICOLAU, J. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *Dados*, v. 49, n. 4, p. 689–720, 2006.
- NICOLAU, J. M. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1996.
- NICOLAU, J. M. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, p. 79, 2002.
- NORRIS, P. Conclusions: Comparing Legislative Recruitment. In: LOVENDUSKI, J.; NORRIS, P. *Gender and Party Politics*, eds. Londres: Sage. p. 330, 1993.
- NORRIS, P. *The bridging and bonding role of online communities*. [S.l.] Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2004.
- NORRIS, P. The impact of electoral reform on women’s representation. *Acta Politica*, v. 41, n. 2, p. 197-213, 2006.
- NUNES, E.; CARVALHO, M. M. DE. Ensino universitário, corporação e profissão: paradoxos e dilemas brasileiros. *Sociologias*, v. 9, n. 17, p. 190–215, 2007.
- PALDA, F. Desirability and effects of campaign spending limits. *Crime, Law and Social Change*, v. 21, n. 4, p. 295–317, 1994.
- PALDA, F.; PALDA, K. *The impact of campaign expenditures on political competition in the French legislative elections of 1993*. p. 157–174, 1998.
- PEIXOTO, V. M. Financiamento de campanhas: o Brasil em perspectiva comparada. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 35, p. 91–116, jan./jun. 2009.
- PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. *Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil*. p. 304–332, 2011.
- PEIXOTO., V. DE M. *Votos valem Quanto pesam? O Impacto do Financiamento de Campanhas no Brasil*. - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2004.
- PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735–771, 2003.
- PEREIRA, C.; RENNO, L. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4, p. 664–683, dez. 2007.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 44, n. 2, p. 323–362, 2001.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e Mercado*. Relume-Dumará: Rio de Janeiro, 1994.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.

SAMUELS, D. *Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil*. Cambridge University Press, 2003.